



A MÃE COMPADECIDA DO POVO BRASILEIRO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CULTO A NOSSA SENHORA APARECIDA NO BRASIL

José Leandro PETERS^P

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise histórica sobre a institucionalização do culto à imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Brasil entre 1717 e 1904. Foram selecionados eventos específicos ao longo desse período para a tentativa de compreensão de quais foram as estratégias traçadas pela Igreja e pela sociedade para a afirmação desse símbolo religioso e cívico brasileiro. Defendo que a afirmação da imagem de Nossa Senhora Aparecida é o resultado de uma negociação entre a tradição defendida pelos devotos e as expectativas de afirmação institucional da Igreja, principalmente ao longo do século XIX. Ao final do processo, temos a apresentação de uma Virgem mestiça e compadecida do povo brasileiro, capaz de congregar os interesses tanto institucionais, quanto populares.

Palavras-Chave: Nossa Senhora Aparecida. Religiosidade popular. Institucionalização.

1 INTRODUÇÃO

Em outubro de 2017 completou-se 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Diversos eventos comemorativos recordaram o momento milagroso da pesca da imagem no Rio Paraíba e os múltiplos milagres atribuídos à Virgem. Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida é um dos símbolos religiosos católicos mais importantes do país e alimenta a fé de muitos

^P Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor da Rede Municipal de ensino da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF).

brasileiros. Nesse artigo me proponho a compreender como se desenvolveu o culto e a institucionalização da devoção pela Igreja Católica ao longo dos séculos XVIII e XIX. Minha preocupação perpassa por compreender como a pequena vila de pescadores da região de Guaratinguetá, São Paulo, deu início ao processo de devoção à Virgem e como a Igreja Católica se apropriou dessa devoção e das narrativas que se prenderam a ela. Um processo que durou cerca de 200 anos e envolveu interesses e ações muito variados, culminando na afirmação de uma Virgem mestiça capaz de capitanear os anseios da Igreja e dos devotos.

Percebo a afirmação da memória de Nossa Senhora Aparecida no Brasil como o resultado de conflitos e negociações de interesses, em que três agentes históricos se destacam: Igreja, sociedade e Estado. Por esse motivo, com a intenção de compreender como ocorreu o processo de institucionalização do culto a Nossa Senhora Aparecida no Brasil, procurei analisar em conjunto as narrativas e expectativas dos devotos, ações individuais, os diversos momentos políticos e sociais vivenciados ao longo do período analisado e as intencionalidades da Igreja enquanto instituição. Para entender o processo, utilizei documentos produzidos no âmbito da Igreja Católica com o objetivo de entender a devoção e institucionalizá-la. Essas narrativas me ajudaram a compor alguns retratos da Virgem que a Igreja se preocupou em afirmar em determinados momentos da História do Brasil.

2 BREVE HISTÓRICO DO CULTO À NOSSA SENHORA APARECIDA

A história de Nossa Senhora Aparecida teve seu início no ano de 1717, mas foi incorporada oficialmente ao discurso da Igreja Católica somente por volta das décadas de 1740 e 1750. Iniciou-se aí um processo de institucionalização que só se completou em 1930, quando a imagem foi coroada padroeira do Brasil. Os documentos referentes à imagem indicam que o início desse processo deu-se com a construção da primeira capela em homenagem a essa representação da Virgem Maria, acompanhada dos primeiros registros oficiais sobre a efígie no Livro do Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá na década de 1730.

A construção da capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida aparece nos documentos como um anseio dos moradores da região e dos devotos da imagem e não como uma imposição da Igreja.¹ Segundo as solicitações feitas pelo vigário de Guaratinguetá, José Alves Vilella, ao bispo do Rio de Janeiro, os moradores desejavam construir uma capela para a virgem devido ao crescente volume de romeiros que se destinavam ao povoado para rezar diante da imagem, que se achava até então em local pouco decente.² As narrativas do Livro do Tombo da paróquia também falam de um número crescente de devotos e atribuem, tal construção, ao fato de que o lugar de culto anterior não mais comportava o número de pessoas que se dirigiam a ele.

Esse projeto foi também motivado pelos sucessivos milagres concedidos pela Virgem aos brasileiros. Sendo ela tão incomparável, como narram os discursos sobre os seus prodígios, não merecia um altar tão pouco decente como o referido pelo vigário da vila. Quase que como uma promessa a cumprir, os devotos desejavam dar à imagem de Nossa Senhora uma capela decente, porque esta era uma virgem prodigiosa, promotora de sucessivos milagres.

Embora essa construção tenha sido resultado da aspiração do povo local, ela respondeu também a determinados anseios da própria Igreja Católica. Possivelmente na decisão dos eclesiásticos em permitir a referida ereção³, havia o interesse em controlar os devotos da virgem e as esmolas doadas a ela que aumentavam cada vez mais. Embora a quantidade de esmolas doadas fosse avolumada, a capela construída era ainda muito simples, como demonstra a descrição feita no Livro do Tombo em meados do século XVIII:

Está situada esta capella húa legoa da Matriz, em lugar alto, aprazível, e naturalmente alegre. É a Igreja de taipa de pilam: tem o Altar Mor com tribuna em que está a Imagem da Senhora com dous Altares collateraes, todos pintados, e o teto da Capella Mor; He toda forrada a Igreja, e por baixo assoalhada de madeira com campas: tem coro dous púlpitos, sachristia com duas vias sacras corredores assobradados de ambas as partes com casas por baixo: tem húa torre: a sachristia pintada e ornamentada de todas as cores.⁴

¹ ACMA. Autos de Ereção e Benção da Capela de Nossa Senhora aparecida (1743 – 1745). Autos da Ereção e Aprovação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida (1752 – 1756).

² Idem.

³ O termo, recorrente nos documentos analisados, se refere à construção da capela.

⁴ ACMA - LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE GUARATINGUETÁ – 1757 - 1873. F. 97.

De todos os párocos que atuaram em Guaratinguetá durante o século XVIII, parece haver uma intensa valorização do trabalho de dois personagens: José Alves Villela e João de Morais Aguiar. Justamente, a esses dois vigários, se devem as ações mais claramente voltadas para a incorporação pela Igreja Católica do culto à Conceição Aparecida durante o século XVIII. O primeiro foi o responsável pela ereção da capela dedicada à imagem, já o segundo levantou os testemunhos sobre a história da Virgem e escreveu os primeiros relatos de sua aparição. Ambos permaneceram como vigários da paróquia por mais de 10 anos, sugerindo que tiveram tempo hábil para se identificar com os fiéis e oferecer um caráter institucional à devoção de Aparecida. A ação dos dois religiosos auxiliou na reprodução e divulgação da história milagrosa, o que pode explicar em parte a valorização de seu trabalho, entendido como um esforço eclesial exemplar, em detrimento dos outros clérigos.

A apresentação desse espaço religioso não foi percebida de maneira uniforme por todos os indivíduos ao longo do tempo. Para os devotos da imagem, é possível que a capela e, até mesmo, a vila como um todo não apresentasse ou tivesse poucos elementos excêntricos. Porém, esse mesmo espaço causou estranheza em observadores estrangeiros. Parece que não só a sua composição física chamava atenção dos que passavam pelo local, como também e, principalmente, a forma de expressão religiosa, motivada pela pequena imagem de terracota. Na década de 1860, Augusto Emílio Zaluar, viajante europeu, descreveu o local como um ambiente exótico e até então incomparável a outro:

Entre todos os templos que temos visto no interior do país, nenhum achamos tão bem colocado, tão poético, e mesmo permita-se-nos a expressão, tão artisticamente pitoresco, como a solitária capelinha da milagrosa Senhora da Aparecida (ZALUAR, 1945, p. 82).

O lado poético, romântico e pitoresco, descrito pelo viajante não se refere exclusivamente à imagem ou à capela, mas também às relações entre os fiéis e esse espaço. A intimidade entre os devotos e a representação de Nossa Senhora, que parece não ter se enfraquecido com a construção da capela, incomodava não apenas os estrangeiros que estavam no Brasil. Ela era também uma presença indesejável para o projeto reformador da Igreja Católica do século XIX. Discursos

criticando a relação entre os fiéis e a imagem de Nossa Senhora da Conceição existiram desde o século XVIII, contudo eram mais esporádicos e menos incisivos do que os do XIX. Na segunda metade dos oitocentos, a Igreja propôs uma nova apropriação da imagem junto a um projeto de aprimoramento das práticas e do espaço religioso em Aparecida.

Em 1954 a Igreja colocou em circulação o “Verdadeiro retrato de Nossa Senhora Aparecida”. O retrato foi produzido por dois fotógrafos europeus, Robin e Favreau, portanto, é uma leitura externa sobre a devoção brasileira. Não representa as aspirações dos devotos da Virgem. Essa fotografia deveria circular em meio popular. Ela apresenta a imagem de Nossa Senhora Aparecida como uma Virgem europeia: pele branca, olhos claros e mãos postas em gesto de oração (SANTOS, 2000). Uma representação bem distante do imaginário popular que reconhecia a imagem como uma virgem mestiça, negra ou morena, aparecida em águas brasileiras, com traços físicos que se aproximavam muito mais da realidade social dos sertanejos brasileiros.



“Verdadeiro retrato de Nossa Senhora Aparecida”, 33 x 22 cm – 1854
(Imagem recolhida na pesquisa de Lourival dos Santos – 2000).

Junto ao processo de afirmação dessa representação da Virgem, a Igreja propôs também uma nova política de exposição de imagem e prática do catolicismo na basílica de Aparecida. A alta hierarquia eclesiástica ordenou a supressão de imagens que não se mostravam dignas daquele espaço religioso, como as imagens em papel deixadas pelos devotos na Sala dos Milagres e propôs, também, uma moralização do espaço sagrado com um maior controle sobre a prática religiosa bem como com o aprimoramento do espaço religioso, por meio de uma reforma da igreja matriz.

Embora tenha sido efetuada tal reforma, a situação de abandono da capela parece ter-se alterado somente com a atuação do cônego Dr. Joaquim do Monte Carmelo, nas décadas de 1870 e 1880. Monte Carmelo defendeu uma reforma e ampliação da capela, justificando-as como meios de se conseguir uma melhor acomodação dos fiéis no interior da capela.⁵ Essa reforma concretizou-se na década de 1880, sendo concluída no ano de 1888 e foi acompanhada da inserção de novas imagens nesse ambiente sagrado. Monte Carmelo encomendou, na Bahia, 6 imagens de santos para serem colocadas na capela: São Joaquim, São José, Santa Izabel, São João Batista, São Elias e São Bernardo.⁶ Em ofício enviado a mesa administrativa da capela, Monte Carmelo explica como deve ser a disposição das imagens no templo e justifica a escolha dos referidos santos. Assim, lemos que:

O abaixo assignado empreiteiro do novo templo de Nossa Senhora Aparecida, para maior esplendor e magnificência da mesma e para que os fiéis que a ella concorrem mais se imprimam no sentimento da verdadeira piedade e religião, mandou abrir dos lados do arco cruzeiro e sobre os respectivos púlpitos seis nixos dentro dos quais devem ser collocadas as imagens de S. Joaquim, S. José, S. Izabel e S. João Batista que ficarão nos quatro primeiros nixos e as de S. Elias e S. Bernardo nos dois últimos como para testemunharem aos devotos da Sma. Virgem que foram os seus originaes os que entre os santos do antigo testamento e os padres da igreja o primeiro e o último que mais publicaram as grandezas da Rainha dos céus assim como as dos outros santos recordam a memória dos dignos progenitores, esposo, prima e sobrinho de tão excelso criatura.⁷

⁵ Constam na reunião de documentos feita por Júlio Brustoloni uma série de abaixo assinados, onde o cônego Joaquim do Monte Carmelo solicita a reforma da capela. Cf. BRUSTOLONI, 1978, p. 170.

⁶ ACMA - IIº Livro de Atas da Mesa Administrativa, f. 227. Documento transcrito por Júlio Brustoloni em BRUSTOLONI, 1978.

⁷ ACMA - Ofício do Dr. Monte Carmelo à Mesa administrativa, 11 de novembro de 1879. Documento transcrito por Júlio Brustoloni em BRUSTOLONI, 1978, p. 173-175.

A proposta de Monte Carmelo traz a ideia de melhorar o ambiente para o culto dos fiéis à imagem, em busca do que ele denomina “verdadeira piedade e religião”. Suas atitudes para a construção desse novo espaço resultam em uma ampliação não só do espaço sagrado, mas tem por trás também a tentativa de maior sacralização de uma imagem mariana de cunho bíblico. A introdução de outras imagens, que não a de Nossa Senhora Aparecida, dentro desse espaço pressupõe um esforço do cônego para que os devotos vejam a imagem da Virgem como uma referência à figura de Maria.

Assim, o templo faria alusão não somente à imagem surgida nas águas brasileiras, mas teria um referencial direto à figura da mulher que é interpretada pelos católicos como a Rainha do céu e a Mãe da Igreja. A inserção das imagens do esposo, da prima e do sobrinho de Maria, transformaria a capela de Nossa Senhora Aparecida na verdadeira casa da Sagrada Família.

A ornamentação da capela, proposta por Carmelo, ao mesmo tempo parece pretender que os fiéis visualizassem em Aparecida uma imagem de Maria conforme representada no texto bíblico, não dissociava a imagem do seu contexto. Se o cônego mandou comprar imagens de santos que representavam a Sagrada Família, usou também na decoração do templo representações dos milagres da virgem. Rodrigues Pires do Rio relatou a busca de Monte Carmelo por esses elementos: “O Padre Carmelo mandou fazer os quadros dos milagres (seis medalhões na cimbalha) por um célebre pintor que veio do Rio de Janeiro.”⁸ A atitude de Carmelo buscava inserir o ambiente de Aparecida em uma nova proposta de concepção religiosa e, ao mesmo tempo, conservava elementos de identificação do povo com a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Júlio Brustoloni defende que a cerimônia de inauguração da nova capela ocorreu no dia 24 de Junho de 1888, contando com a presença do bispo e de outras autoridades.⁹ A nova organização e disposição da capela na década de 1980

⁸ ACMA - Depoimento do Coronel Rodrigo Pires do Rio de 5 de janeiro de 1920. In: **ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS REFERENTES À NOSSA SENHORA APARECIDA – 1743-1872..** F. 84.

⁹ O padre refere-se a outra corrente que defende as comemorações de inauguração da capela no dia oito de dezembro do mesmo ano, data em que se comemorava a festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida na época. Brustoloni aponta que no ano de 1888, houve duas comemorações; a tradicional festa do dia oito de dezembro e outra comemoração em 24 de junho. Ele afirmou ter sido a inauguração em junho. Fez isso embasado em uma série de documentos, principalmente a relação dos gastos da mesa administrativa na referida data, os quais mostram, por exemplo, a visita do bispo a capela. Cf. BRUSTOLONI, 1978, p. 177-180.

pressupõe uma nova tomada de atitude da Igreja para com a imagem e seu culto. As ações do cônego Monte Carmelo estavam em conformidade com a nova política da Igreja Católica, a qual estava em busca de um catolicismo mais sacramental e priorizando princípios voltados a um catolicismo de tradição romana, em detrimento da tradição luso-brasileira.

Parece ser essa a busca de Carmelo ao introduzir, no espaço de adoração da imagem de Aparecida, imagens de santos que representavam a família de Maria, progenitora de Jesus Cristo. Com essa atitude, Monte Carmelo propõe uma abordagem bíblica para a imagem de Aparecida, talvez o que ele considere ser o verdadeiro sentimento de piedade e religião.

Observo que nesse esforço de institucionalização da história de Nossa Senhora Aparecida, entre 1854 e 1930, a Igreja Católica se esforçou por impor um discurso ao imaginário popular, mas percebeu a necessidade de adequar o seu projeto à linguagem do povo e reconhecer parte dos discursos milagreiros e imagéticos que circulavam entre os populares.

A instituição precisava se adequar às mudanças que ocorriam no cenário político e social do país: Lei do Ventre Livre; Lei Áurea; imigração; Proclamação da República; fim do padroado régio. Todo esse cenário descortinado obrigou a Igreja Católica a recuar em seu projeto de afirmar Aparecida somente como uma Nossa Senhora da Conceição e reconhecer as particularidades da imagem brasileira.

A instituição reconheceu a imagem de Nossa Senhora como uma Virgem mestiça, cor de caramelo, cambiante de todas as etnias presentes em solo brasileiro, aproximando a sua leitura da imagem de Aparecida que circulava entre o povo. Procurou-se afirmar então a imagem de Nossa Senhora Aparecida como a Mãe Compadecida do povo oprimido do Brasil.

3 A MÃE COMPADECIDA DE UM POVO OPRIMIDO

No Porto de Ponte Alta, morava do outro lado do rio Parahyba uma família, cujo chefe tinha por nome Francisco Gonçalves da Silva com seus 80 anos. Era meu pae e eu tinha nesta ocasião 18 annos e minha mãe 50 annos. Meu pae passava na canoa para o outro lado 8 pessoas e entre ellas um dos meus irmãos, Marcelino G. da Silva que apenas contava 10 annos. Faltando 10 metros para chegar no Porto cae n'água o meu irmão. Meu pae confiando na poderosa Virgem da Apparecida tirou somente o chapéu. Deixando as pessoas no Porto, voltou para salvar o seu filho, que já tinha rodado 8 metros. Somente appareciam os

cabellos iriçados n'água. Eu e minha mãe estávamos do outro lado e vimos tudo e de joelhos pedimos com tanto fervor a N. S. que ele não perigasse até que meu pae fosse para salvá-lo. Graças a N. S. ouviu as nossas rogas, e meu pae chegou em tempo, e o salvou do perigo que o estava esperando. Salvou-o agarrando pelos cabelos e elle não tinha bebido uma gota sequer d'água. Só ficou um pouco atordoado 3 dias, mas graças a bondosa N. S. elle sarou e morreu com 30 annos como casado.¹⁰

Desde o século XVIII, as pessoas recorriam à imagem de Nossa Senhora Aparecida objetivando um alento para os seus sofrimentos e angústias. São muitos os relatos no estilo do acima citado. Além do menino afogado, encontram-se também narrativas de um homem que se livrou da voracidade de uma onça, de um jovem cego que voltou a enxergar e de pessoas que se livraram da morte em brigas ou disputas por terras ao solicitar a intercessão da virgem de Aparecida. Todos esses relatos foram recolhidos de supostos testemunhos orais e transcritos para livros oficiais da capela de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. Isso porque, conforme dito acima, embora a imagem tenha sido encontrada na primeira metade dos setecentos, Nossa Senhora Aparecida, como símbolo religioso essencialmente brasileiro, afirmou-se somente em finais do século XIX e início do XX. Depois de quase duzentos anos de história já acumulada, a Igreja Católica buscou assegurar a pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição como um símbolo brasileiro. Elaborada no centro econômico e político do país da época, a imagem ficou carregada de simbolismo religioso e até mesmo nacional.

Vários documentos foram produzidos nesse período com o objetivo de recontar a história da imagem e seus vários milagres. Para compô-los, a Igreja Católica ancorou-se em relatos escritos, muitas vezes retomando o que foi anotado nos Livros do Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá. Contou também com o recolhimento de testemunhos orais, histórias contadas por pessoas que vivenciaram ou presenciaram algum milagre atribuído à imagem. A narrativa da “aparição milagrosa” é uma das mais frequentes nesses textos. Grande parte dos documentos menciona que, no início do século XVIII, o Brasil vivia em um processo de extração aurífera intensificado pela descoberta do ouro na região das Minas Gerais, quando se desmembraram da capitania do Rio de Janeiro as regiões de São

¹⁰ ACMA - ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS REFERENTES À NOSSA SENHORA APARECIDA – 1743-1872. F. 81.

Paulo e das Minas de Ouro, com os objetivos de uma maior centralização do poder e o exercício de um controle mais rígido da população.

Foi então, em ambivalência de miséria e de conflitos, de busca do maravilhoso e do rompimento de fronteiras, de encenação do poder e da profanação do sagrado, que d. Pedro de Almeida Portugal atravessou a capitania de São Paulo e a das Minas do Ouro, para, de Vila Rica, exercer seu cargo de governador. Era 1717. Só em 1718 foi nomeado Conde de Assumar (SOUZA, 2001, p. 81).

O local onde hoje é a cidade de Aparecida do Norte compunha a vila de Guaratinguetá e era caminho para a cidade de Vila Rica. A região está situada próxima à divisa dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Para chegar à sede de seu governo, D. Pedro de Almeida teve de passar por essa região. O governador chegou à Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá entre os dias dezessete e trinta de outubro de 1717, quando então deve ter se dado o “encontro milagroso” da imagem da Virgem de Aparecida.

Sabendo de sua passagem pela vila, a Câmara convocou alguns pescadores para que apresentassem todo o peixe que pudessem, pois pretendiam preparar um banquete em homenagem ao governador. Entre os pescadores estavam Domingos Martins Garcia, João Alves e Filipe Pedroso, os quais, segundo o relato do padre Julio Brustoloni, “eram homens simples e dedicados ao trabalho e, como tudo indica, religiosos” (BRUSTOLONI, 1998, p. 31). Esses três homens, demonstrando obediência, rumaram para o Rio Paraíba, onde iniciaram a pesca. A época não seria boa para a pescaria e, portanto, os três jogaram suas redes no rio sucessivas vezes sem grande sucesso, até o momento em que João Alves, em mais uma tentativa, atirou sua rede e retirou do rio o corpo de uma imagem de Nossa Senhora e, logo depois, em uma nova tentativa, recolheu a cabeça da imagem. Os pescadores juntaram as duas partes e as guardaram no barco. Deram sequência à pescaria, que daí por diante foi marcada pelo sucesso e fartura.¹¹

Quando chegaram em terra, Felipe Pedroso levou a imagem para a sua casa e uniu a cabeça e o tronco com “cera de terra”. “Após a sua morte, seu filho,

¹¹ ACMA - LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE GUARATINGUETÁ – 1757 -1873.

Atanásio Pedroso, construiu um altar e um oratório para a imagem, que ganhou manto e coroa artesanais, e a devoção foi crescendo” (SOUZA, 2001, p. 82).

Essas histórias sobre a imagem chegaram aos nossos dias não como especulações de teólogos e ideólogos, mas como parte do que Octávio Paz denominou imagens coletivas¹², ou seja, a história da imagem é contada a partir da crença das próprias pessoas que acreditam nela. Essa tradição oral¹³, incorporada como oficial pela Igreja Católica, concentra vários relatos de milagres atribuídos à imagem. Grande parte deles encontram-se anotados no livro **Acontecimentos Extraordinários Referentes à Imagem de Nossa Senhora Aparecida**, escrito em 1919.¹⁴ O livro foi fruto de uma pesquisa encomendada pela Igreja Católica aos padres Estevam Maria e Ottom Maria Bohm, que tinham por incumbência levantar documentos autênticos sobre a história e acontecimentos extraordinários referentes à imagem de Nossa Senhora Aparecida. Algumas dessas narrativas ganharam forma em desenhos, pinturas, esculturas, enfim, em imagens; algumas deixadas como ex-votos pelos fiéis no santuário da Virgem, outras produzidas pela própria Igreja Católica para ornar o interior, primeiro da capela e, atualmente, do Santuário Nacional.

Explicar as origens da efígie de Nossa Senhora da Conceição, encontrada pelos três pescadores no rio Paraíba, parece ter sido uma questão enfrentada pelos fiéis e também pela própria instituição. Já no século XX, os estudos da imagem conduziram à conclusão de que ela foi feita por um artista paulista do início do século XVII, “discípulo do beneditino Frei Agostinho da Piedade, que viveu na Bahia entre os anos de 1610 e 1661.”¹⁵ No entanto, parece que essa descoberta foi de pouca relevância para a crença na imagem. O fato de ela ter surgido das águas foi

¹² Octavio Paz, em prefácio ao livro de Jacques Lafaye, usou a seguinte frase: “Los dos mitos, sobre todo el de Guadalupe, se convierten en símbolos y estandartes de la guerra de Independencia y llegan hasta nuestros días, no como especulaciones de teólogos y de ideólogos, sino como imágenes colectivas”. (LAFAYE, 1985. p. 13).

¹³ Quando refiro-me à tradição oral tenho em mente as histórias que circulavam no campo social e eram transmitidas de geração em geração por meio de uma comunicação oral dos indivíduos, mas que não foram registradas ou divulgadas na forma escrita.

¹⁴ ACMA - ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS REFERENTES À NOSSA SENHORA APARECIDA – 1743-1872.

¹⁵ ACMA - RELATÓRIO DO TRABALHO DE RESTAURAÇÃO DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA REALIZADO NO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. 31/07/1978.

mais valorizado pois, dessa forma, tornou-se fruto de um milagre e não obras de mãos humanas.

Mesmo configurando-se como fruto de um milagre, especulações existiram para explicar o fato de a imagem ter ido parar, quebrada, dentro do rio. Essa preocupação aparece em alguns relatos transcritos na pesquisa sobre a imagem encomendada pela Igreja Católica. Eles apresentam narrativas muito próximas. Ainda que essas histórias não representem uma visão defendida pela instituição, que afirma não ser possível saber como a imagem foi parar dentro do rio¹⁶, elas compõem uma tradição popular e fazem parte da memória que foi construída sobre a imagem em um determinado período, pois foram registradas ao lado de outras narrativas de prodígios atribuídos à Virgem.

Essas histórias registradas ressaltam o amparo do povo, principalmente os mais oprimidos, sob o manto protetor de Nossa Senhora Aparecida. Diversas histórias contam os prodígios atribuídos à Virgem e permitem perceber a composição de uma imagem benfeitora e humilde frente ao povo, mas que possui também um ideal de justiceira ao punir indivíduos que não agem de acordo com os padrões comportamentais desejáveis em determinadas circunstâncias. No relato dos milagres que teriam ocorrido com uma menina cega e com um fazendeiro é possível notar tal jogo de aparências.

Gertrudes Vaz morava nos sertões de Jaboticabal. Teve uma menina cega de nascença. (...) A menina sempre dizia a sua mãe que desejava muito ver Nossa Senhora. A mãe lhes dizia que era impossível porque ela era cega e além disso eram muito pobres para empreender tão penosa viagem. (...) O tio deu a sobrinha 10\$000 para a viagem e seguiram. Quando chegaram no alto da Boa Vista a mãe pegando pelo braço da filha, esta suspendeu a cabeça e encherando as torres disse:

__ Mamãe, aquela será a Capella de Nossa Senhora!

A mãe lhe perguntou:

__ Você já encherá minha filha!

__ Perfeitamente minha mãe. De repente chegou uma luz que me clareou a vista.

Chegaram aqui entraram na Igreja e a menina avistou a santa. Ao avistar N. Senhora a menina disse a sua mãe:

__ Mamãe, pensava que era uma santa bonita como diz o povo, porém eu não acho e além disso estou vendo uma 'Neguinha'.

Imediatamente ficou tão cega como tinha nascido.¹⁷

¹⁶ ACMA - Narrativa sobre o encontro da Imagem. In: LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE GUARATINGUETÁ – 1757-1870.

¹⁷ ACMA - ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS REFERENTES À NOSSA SENHORA APARECIDA – 1743-1872. Fls. 74 e 75.

Em 1866 houve um fazendeiro em Cuyabá, cujo nome não me recordo. Não acreditava nem em milagres e nem em castigos. Dizia aos caboclos daquele lugar, que vinham de vez em quando visitar Nossa Senhora, que aquilo era bobagem e só pertencia a gente ignorante. Dizia também que elle era capaz de entrar a cavallo dentro da Igreja e queria ver o que lhe acontecia. Pensando em fazer isso veio a Aparecida e aqui chegando tentou entrar a cavallo dentro da Igreja. Nessa ocasião, as ferraduras do cavallo cravaram na pedra não podendo erguer as patas, para dar sequer um passo. Reconhecendo elle, aquilo como um grande castigo, desce do cavallo entra na Igreja de mãos postas e em fervorosas preces pede a Nossa Senhora que lhe perdoasse. Desde esse dia tornou-se um verdadeiro devoto de Nossa Senhora crendo em seus milagres e em seu grande poder.¹⁸

As narrativas permitem duas interpretações distintas: de um lado, a busca de uma moralização pelo temor e de outro a percepção de um povo protegido pela Virgem. O primeiro discurso apresenta uma condenação para a garota, baseada no julgamento pejorativo feito por ela da imagem; era feia porque era uma “neguinha”. As palavras soam como uma ofensa ao que representa a imagem e então vem a condenação. Já o fazendeiro duvida do poder representado e procura afrontá-lo. Ele não consegue concretizar o seu objetivo de entrar na igreja montado em seu cavalo e termina curvado diante da imagem, reconhecendo o seu poder. Em ambos os casos há a ideia de que a afronta e a ofensa ao poder que a imagem representa causam consequências graves. Assim, esses discursos funcionam quase como um código de conduta para a apresentação diante da virgem, em que o respeito incondicional parece ser a palavra de ordem. Na segunda via interpretativa, a primeira narrativa deixa margem para se pensar que à menina não foi dado o dom da visão porque assim que ela se livrou de seu mal, a cegueira, olhou para a sociedade em que vivia de modo pejorativo. Aqui abre-se margem para pensar em uma crítica à sociedade preconceituosa da época e, ao mesmo tempo, em uma afirmação do caráter humilde desta figura de Maria, pois a atitude da filha de Gertrudes desvalorizava não só a imagem em questão, mas boa parte do povo de origem mestiça em torno do qual girava a história da Virgem. Já o fazendeiro duvida do poder representado pela imagem e zomba daqueles que acreditam em sua história e seus milagres, julgando-os ignorantes. Assim como a garota, ele sofreu as consequências de um julgamento indevido. Nesses dois casos, além de lições de

¹⁸ *Ibidem*. F. 76.

respeito ao símbolo sagrado, as histórias dos milagres deixam transparecer também a imagem de uma Mãe compadecida que protege seu povo.

É provável que a vila de Guaratinguetá, bem como o seu entorno, fosse habitada, já no século XVIII, por uma população mestiça. Um povoado de pessoas livres e pobres, as quais mantinham uma relação singular entre si, marcada por redes de auxílio mútuo¹⁹ na tentativa de superar um possível isolamento geográfico no qual viviam.²⁰ Nesse sentido, em uma carta enviada ao governo da província, já em janeiro de 1822, o juiz de fora de Guaratinguetá, Bernardo Pereira de Vasconcellos, define o povo desta vila como um “povo rústico.”²¹ Segundo ele, “nestas paragens (...) viviam algumas famílias entregues aos labores da lavoura, dedicando-se, a outra parte da população, à pesca no rio Paraíba.”²²

Esse padrão, do qual os três pescadores que encontraram a imagem são exemplos máximos, foram descritos, conforme venho insistindo, como pessoas humildes, pobres e mestiças. Existe nos relatos dos milagres um modelo de comportamento que se repete entre os protagonistas das histórias. Esse esquema comportamental parece seguir o arquétipo de uma imagem, construída pela Igreja Católica, dos três pescadores que retiraram a representação da Virgem Maria do rio Paraíba. Como já foi apontado nesse texto, esses três pescadores são compreendidos pela instituição como homens simples, trabalhadores e religiosos.

¹⁹ Tomando o conceito de Robert Slenes que concebeu essa noção de auxílio mútuo como uma maneira encontrada pelos escravos para garantirem a sua sobrevivência, bem como de seus costumes. Esses escravos constituíam uma rede de relações entre si, em que um ajudava o outro. Neste trabalho não estou concebendo esse “auxílio mútuo” como característica da relação entre escravos, mas sim entre esta população livre e pobre (SLENES, Robert W.. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

²⁰ Spix e Martius, viajantes europeus do início do século XIX, descreveram essa região com ares de desolação: “Tem-se à esquerda a vista da bela série de colinas, bem plantadas com feijão, milho, mandioca e fumo. A direita alarga-se o vasto vale até a Serra da Mantiqueira, e apresenta aspecto desolado, deserto, quase sem vestígio de cultura, coberto de densa vegetação baixas de murta, goiabeiras, etc. Só a esperança de que milhares de felizardos venham a habitar um dia estas ricas paragens. Após uma milha de marcha, chegamos ao sítio de romarias, Nossa Senhora Aparecida, capela situada num outeiro, cercada de algumas casas”. (SPIX E MARTIUS, 1968, p. 130)

²¹ ACMA - “Daqui vê-se a grande devoção que os povos tem à Sra. Aparecida, ou para falar verdade à dita imagem, o que he muito ordinário a um povo rústico como o de Guaratinguetá”. Carta enviada ao Governo Provisório, pelo juiz de fora de Guaratinguetá, Bernardo Pereira de Vasconcellos em 26 de janeiro de 1822. Cópia em: A Imagem de Nossa Senhora na Capela de Guaratinguetá – 1822. ANOTAÇÕES E ACONTECIMENTOS – 1719 – 1950.

²² História da Imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. In: *Ibdem*.

João Alves, Felipe Pedroso e Domingos Martins Garcia, eram materialmente pobres, mas sua maior riqueza residia em seu espírito, eram extremamente religiosos. Foi esse talvez o ponto responsável pela aparição da Virgem em suas redes num momento de angústia que marcava aquela pescaria. É possível estabelecer uma comparação desses pescadores com a imagem de São José, pai de Jesus Cristo e marido da Virgem Maria. José, segundo o texto bíblico, era um pobre carpinteiro que, com humildade, aceitou os desígnios divinos, confiou em sua esposa e criou o filho de Deus, sendo o patriarca da Sagrada Família. Foi esse caráter humilde, honesto e bondoso que permitiu a escolha de José para tão grandiosa função. São José é hoje visto pela Igreja Católica como o modelo de pai de família a ser seguido, talvez da mesma forma que os três pescadores fossem o modelo de fiéis católicos que a Igreja Católica buscava no final do século XIX e início do XX.

Além dos pescadores, grande parte dos relatos de milagres encontrados durante a pesquisa conduz a um mesmo estereótipo: pessoas pobres, trabalhadoras e religiosas. A pobre mãe de uma menina cega que vê na imagem da Virgem a última saída para a cura da filha; o mestiço dono de um barco que faz a travessia entre as duas margens do rio e recorre humildemente à Aparecida para salvar a vida de seu filho; um caçador desesperado pela ameaça mortal de uma onça, um fazendeiro arrogante que, ao reconhecer a força do poder representado pela imagem, se mostra humilde e religioso.

Dos poucos relatos sobre escravos encontrados, as histórias sobre o escravo João Belin saltam aos olhos e permitem perceber o reconhecimento e o incentivo da Igreja Católica àqueles que se dedicavam a trabalhos que de alguma maneira engrandeciam os seus projetos. João Belin foi descrito nos manuscritos como “o escravo de Nossa Senhora”, que:

embora escravo e humilhado causava inveja aos outros pretos e a muitos brancos, pela estimação em que era tido e pela propensão para a música. (...) Para o povo do logarejo, que o estimava de um modo que nem se pode imaginar e para os seus colegas de sorte, era um prazer incomparável ver o escravo de Nossa Senhora, João Belin, como se chamava, assentar-se e com a mais tenra devoção, rodeados de todos os seus amigos e conhecidos, com a admiração dosromeiros que vinham ao Santuário e com a de seu próprio senhor, o padre que estava no altar, escutar e ao mesmo tempo cantar as mais antigas músicas sacras (...) E com estes feitos progressivos, João Belin captivava seu amo que já o olhava com

ternura e *sympatia*, e conquistara do povo as amizades mais nobres reunindo a isto a *sympatia* de todos em geral. (...) E assim João Belin ia se tornando até um ente saudoso para os devotos que iam visitar Nossa Senhora d'Apparecida, tal era a impressão que desse escravo de lá traziam. (...) Foi no anno de 1880 que quem escreve essa notícia o conheceu. E nesse mesmo anno ao amanhecer de um dia mais bello que os outros, em que, como no dia dos romances o sol nasce deixando os píncaros das montanhas e dando às gotinhas d'orvalho dormentes nas folhas pinturescos aspectos, foi que se soube a notícia negra e fatal da morte do escravo de Nossa Senhora d'Apparecida. O bom preto João Belin. (...) E debaixo da maior pompa, com acompanhamento das principais pessoas do logar, alguns romeiros e quase todos os outros habitantes da antiga Aparecida, depois de encomendado o corpo pelo padre Monte Carmelo, eis que João Belin parte desse mundo para a eterna mansão, com honras de um grande.²³

Nesse caso, João Belin foi o exemplo de humildade, aceitou a condição de subordinado que lhe havia sido imposta e dedicou-se a um trabalho que, de algum modo, enalteceu a Igreja Católica. Foi escravo em dois sentidos; primeiro, na sua condição jurídica e, em segundo, na sua condição de fiel fervoroso a instituição religiosa e, principalmente, à Aparecida. Suas ações cotidianas lhe permitiram o acesso a um funeral digno dos grandes homens, suplantando a sua realidade, marcada pela escravidão. A história de João Belin, além de produzir a imagem de um devoto que a Igreja Católica daquele período buscava, ou seja, um fiel que demonstrasse a sua devoção de uma maneira mais sacramental e menos teatral, contribui ainda para que os negros e mestiços brasileiros se vissem reconhecidos dentro da instituição.

Outras narrativas muito corriqueiras entre o povo e também extremamente divulgadas pela Igreja são as do escravo Zacarias e a da coroa doada pela Princesa Isabel à imagem de Aparecida. Ambas relacionam de algum modo a imagem de Aparecida à luta contra a opressão dos escravos no Brasil. Afirma a Igreja Católica, por meio da exposição de uma corrente partida no museu do Santuário e por meio de imagens reproduzidas na cidade de Aparecida, que na década de 1880, através de um milagre, a Virgem partiu as corretes que prendiam o escravo Zacarias. Ele teria sido capturado depois de ter fugido da propriedade de seu dono e, no caminho de retorno, teria orado diante da imagem, quando as correntes que o prendiam caíram ao chão. Essa narrativa, colocada em circulação, reforça a interpretação de Nossa Senhora Aparecida como uma Virgem compadecida dos oprimidos.

²³ ACMA - ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS REFERENTES À NOSSA SENHORA APARECIDA – 1743-1872. F. 81.

Afirmando que ao receber as súplicas dos desesperados ela tende a atendê-los e interceder por eles.

A associação de Aparecida com a Princesa Isabel é ainda mais sugestiva. Isabel era a sucessora do trono real em 1888, quando ela assinou a Lei Áurea. No período, divulgava-se a imagem de uma princesa redentorista dos escravos. Ao se propor a coroação de Nossa Senhora Aparecida com uma coroa que supostamente foi doada pela sucessora do trono real e que libertou os escravos, estabeleceu-se um jogo imagético que ajudou a ampliar a representação da Nossa Senhora brasileira como uma Virgem que está ao lado dos pobres para protegê-los contra a ganância e a prepotência dos imponderados. Ao doar a coroa, a Princesa transmitiu a Aparecida parte do seu capital simbólico e, ao fazer uso dessa narrativa, a Igreja Católica intencionava reforçar a imagem de Nossa Senhora Aparecida como a Mãe Compadecida do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que afirmava, já em 1904, durante a República, a Virgem como um símbolo da nação brasileira.

4 CONCLUSÃO

As pregações que abordavam casos como o de João Belin, do escravo Zacarias e as narrativas de milagres da Virgem de Aparecida, na época em questão, ganharam grande importância dentro do contexto das aspirações da Igreja Católica naquele momento, que buscava propor “modelos de vida onde a santidade é considerada como a aspiração fundamental.”²⁴ As histórias dos três pescadores, bem como os outros personagens já citados, satisfaziam essa necessidade. A vida desses indivíduos ganhou ainda mais força exemplar dentro do discurso católico, na medida em que o público a ser atingido pelas pregações passou a ser compreendido como composto em sua maior parte por uma população mestiça, pobre, trabalhadora e oprimida. Além dos exemplos que as histórias traziam, havia também a identificação da população com as narrativas contadas. Dessa forma, esses relatos foram aos poucos sendo institucionalizados e rerepresentados ao

²⁴ Riolando Azzi mostrou que, em finais do século XIX e início do XX, a Igreja Católica, ancorada no projeto ultramontano, dedicou-se à defesa da manutenção de uma ética sexual e familiar conservadoras, fazendo uma opção por defender os valores espirituais da vida, ou seja, um modelo de vida santificado (AZZI, 1992, p. 110).

público na intenção de doutrinar e atrair esses marginalizados para o seio da Igreja Católica.

Por outro lado, a necessidade da instituição em afirmar a sua posição no cenário político e social da segunda metade do século XIX, levou a alta hierarquia a assumir um posicionamento em prol da divulgação e afirmação da representação de uma Virgem que se aproximava do imaginário popular e, sobretudo, era a sua principal protetora contra os desmandos dos poderosos. A apresentação de Aparecida como uma Virgem mestiça e sua posterior coroação com uma coroa doada pela “redentora dos escravos” cumpria uma agenda política da própria Igreja Católica, que ambicionava se afirmar em meio a uma república laica, na qual os negros e mestiços já vinham sendo incorporados no discurso oficial como parte do povo brasileiro, ainda que permanecessem na condição de desiguais.

**THE MOTHER OF THE BRAZILIAN PEOPLE:
INSTITUTIONALIZATION OF THE IMAGE CULT OF
OUR LADY OF APARECIDA IN BRAZIL**

ABSTRACT

The following article presents a historical analysis about the institutionalization of the image cult of Our Lady of Aparecida in Brazil between 1717 and 1904. Specific events were selected over this period in an attempt to understand which were the strategy's outlined by the Church and the society to affirm this religious and civic Brazilian symbol. The article defends that the affirmation of Our Lady of Aparecida's image is the result of a negotiation between the tradition advocated by devotees and the expectations of the institutional affirmation of the Church, mostly over the XIX century. In the end, we have the image of a mestizo and compassionate virgin of the Brazilian people, capable of congregating both institutional and popular interests.

Keywords: Our Lady of Aparecida. Popular religiosity. Institutionalization.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO CONSULTADO

ACMA - Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida – Aparecida/SP

- ANOTAÇÕES E ACONTECIMENTOS (1719-1950).

- AUTOS DE EREÇÃO E BENÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA APARECIDA (1743-1745). AUTOS DA EREÇÃO E APROVAÇÃO DO COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA APARECIDA (1752-1756).

- LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE GUARATINGUETÁ (1757-1873).

- RELATÓRIO DO TRABALHO DE RESTAURAÇÃO DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA REALIZADO NO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. 31/07/1978.

AZZI, Riolando. **O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador.** (História do pensamento católico no Brasil – III). São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BRUSTOLONI, J.. **Coletânea de documentos e crônicas da capela de Nossa Senhora Aparecida (1717-1917).** Aparecida: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1978.

_____. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias.** Aparecida: Editora Santuário, 1998.

LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional en México.** Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 1977.

SANTOS, Lourival dos. **A família Jesus e a Mãe Aparecida: História Oral de devotos negros da Padroeira do Brasil (1951-2005).** 2005. 276 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1854-1978.** 2000. 254 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **A Identidade Posta no Altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e Questão Nacional.** 263 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

_____. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, V. 6, N. 11, p. 77- 92, 2001.

SLENES, Robert W.. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, séc. XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SPIX E MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820.** Volume 01. 2ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

ZALUAR, Emilio Augusto. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860 – 1861).** São Paulo: Edições Cultura, 1945.